

Agente penitenciário e delegado são afastados por farsa na morte de juiz

A juíza substituta da 3ª Vara Federal de Mato Grosso, Vanessa Curti Perenha Gasques, determinou o afastamento do agente prisional e do delegado que participaram da trama montada para levantar suspeitas sobre a possibilidade de o juiz Leopoldino do Amaral não ter sido morto em setembro de 1999. As informações são do site *Olhar Direto*.

O delegado Márcio Pieroni, está preso acusado de ter arquitetado a farsa. O empresário Josino Guimarães vai a júri popular ainda este ano acusado de ser o mandante da morte do juiz.

O agente Gardel Tadeu Ferreira Lima estava lotado no setor de desaparecido da Delegacia de Homicídios e Proteção a Pessoa, comandada por Pieroni. Após as investigações da Polícia Federal que resultaram na prisão do delegado e do empresário, ele voltou à sua função de origem no sistema penitenciário.

A juíza considerou que a “máquina investigatória” da Polícia Civil do Mato Grosso foi movimentada para falsear o quadro probatório das circunstâncias da morte do juiz, com nítido propósito de tumultuar e influir no ânimo dos futuros jurados do júri popular de Guimarães.

Exumações

Em março, Pieroni conseguiu uma decisão liminar em Cuiabá para proceder a retirada do corpo de Leopoldino Marques do Amaral, sepultado em Poconé, e fazer uma nova exumação do cadáver. Anteriormente, o juiz já havia sido exumado sob a mesma suspeita. A alegação de Pieroni era de que ele descobrira novas supostas evidências que levantavam dúvida sobre a autenticidade dos restos mortais, partindo de uma ficha odontológica que coletou com o dentista do juiz. O delegado também dizia que havia interrogado duas pessoas que afirmavam saber que Amaral estava vivo, morando em algum país da América do Sul.

Porém, no momento em que o exame acontecia no Instituto Médico Legal de Cuiabá, uma decisão da Justiça Federal decretou a imediata interrupção do procedimento, assim como a devolução do cadáver à sepultura.

A partir daí, a Polícia Federal começou a investigar a possível farsa, cumprindo mandado de busca e apreensão na casa de Josino Guimarães, o que culminou na denúncia apresentada à Justiça semana passada por um grupo de procuradores da República.

Autores: Redação ConJur